

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

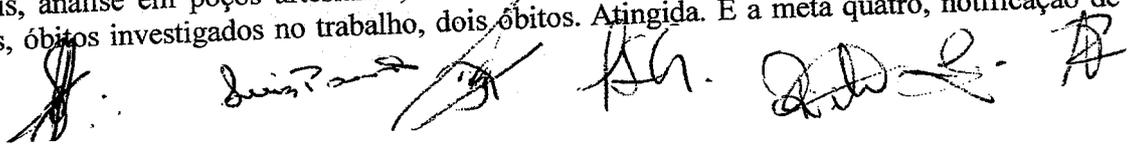
Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.  
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

### Ata 10/18

Aos dois dias do julho do ano de dois mil e dezoito, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião extraordinária do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Apresentação e análise do Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2018, Informações da Mesa Diretora e Assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes, agradecendo a disposição dos conselheiros e estarem ali, mesmo com o frio e as dificuldades. Faz o convite para a Audiência Pública sobre o futuro da Saúde pública e o impacto da EC 95 no financiamento do SUS, que será realizado no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa, no dia 11.07.2018, das 09:30 às 12:00 horas, contando como painelistas José Gomes Temporão e Altemir Tortelli e solicita que quem queira ir, se manifeste, afim de que seja providenciado o transporte. Se inscreveram os conselheiros municipais Alcindo, Ivo, Marco, Margarete, Maria Helena, Mário, Nedy e Pietro e o CLS Gentil. A saída fica marcada para às 08:30, na Casa dos Conselhos. O Presidente para iniciar a pauta, passa a palavra ao Conselheiro Eduardo, que se manifestará em nome das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnicas. O CM agradece a disponibilidade e garra dos conselheiros membros das Comissões que apesar de suas dificuldades, venceram os obstáculos. Também agradeceu a simplicidade e dedicação da Secretária Rosa e do Diretor Cleber e suas equipes, que se desdobraram para cumprir os questionamentos e pedidos do CMS. Declara que foram 630 páginas analisadas. Diz que foram analisadas notas, empenhos e procedimentos, onde encontraram inconformidades e fizeram sugestões. Cita detalhes na análise e enfatiza três casos. Como mencionado em diversos relatórios, sem solução, de aumentos crescentes e acumulados de demandas judiciais que vitimam o erário público. Sugeriram a criação de uma Comissão Técnica Interna que subsidiará a defesa nas ações. Localizados diversos processos cujo pedido era por fisioterapia domiciliar e como estamos sendo impelidos judicialmente, porque não normatizar o serviço e conceder administrativamente, o que torna a situação mais justa e melhor uso do erário. Por último, diz que apesar da documentação explicativa e argumentos do contador da SMS, Clóvis, as Comissões não se sentem satisfeita, pela utilização de recursos da saúde, na compra de ranchos para funcionários. Pedem uma análise mais profunda. O Presidente menciona que foi levantada questão sobre o transporte de pacientes a Porto Alegre e a Sra. Marlei, Diretora da Ouvidoria responde que é o chamado transporte social, que é acionado através do CAC e serve para pessoas sem convênios e pobres que tem que fazer fisioterapia especializada, cardiologia, radioterapia e algumas quimioterapias. O CAC tem uma equipe de análise. O CM Mário fala que o serviço tem que ser acionado com antecedência. O CM Eduardo pergunta sobre o procedimento para se conseguir fraldas e a Sra. Marlei responde que quem determina é o estado, pois encaminham as solicitações e o estado analisa. O município compra e o estado reembolsa. O Sr. Cleber diz que o processo leva três meses. Preocupação dos conselheiros quanto ao prazo dilatado. O Presidente lembra o caso da condenação ao fornecimento de Fraldas da Mônica e o diretor Cleber, diz que as fraldas obedecem um modelo aprovado. O CM Eduardo cita o fornecimento de Canabidiol, que é um medicamento ainda não aprovado pela Anvisa. O Presidente diz que a sugestão das Comissões se referem a manifestação da PGM, que declara ser o último a agir no procedimento. O enfermeiro Eloir expõe sua experiência no assunto e declara que a sugestão é muito válida, pois é preciso “peitar” o Estado. Lembra da criação de uma Mesa de Convergências, onde estarão frente a frente as partes, buscando soluções. “Demandas Judiciais derrubam orçamentos”. É plausível esta defesa e diz que a defesa não baixa qualidade e poupar recursos. Impacta na relação de custos. A CM Cristiane fala que o problema é a defesa, pois até a hipossuficiência é discutível. Sugere trazer a PGM para discutir. O Presidente Mário fala que já tivemos reunião com a PGM, que já deu seu parecer, encaminhando o problema para a SMS e desde lá o Diretor Cleber, vem trabalhando para isso. O Secretário Adjunto da SMS, Sr. Marcos lê uma das liminares e explica como funciona o atendimento a demanda. O Presidente cita que a “indústria judicial” é proeminente e que conhecemos advogados que se utilizam desta estratégia. O CM Eduardo faz, por fim a leitura do Parecer das Comissões de Orçamento e Finanças e a Técnica, que sugerem a aprovação, com restrições das contas do 1º Quadrimestre de 2018, por considerarem não haver irregularidades e sim discordâncias. Passa o Presidente a apresentação do enfermeiro Eloir que começa

*[Handwritten signatures and initials]*

falando da legislação, estrutura e procedimentos de acumulação, não se estendendo muito, a fim de garantir mais espaço para discussão e o secretário da Mesa, declara que mandou anteriormente o arquivo para análise dos conselheiros municipais e para conhecimento dos conselhos locais. O Servidor começa dizendo que os municípios tem a obrigação de apresentar relatórios trimestrais e um anual, aos órgãos de controle social e estatal. O Sr. Eloir diz que a pedido dos conselheiros os dados serão apresentados de forma comparativa entre os mesmos períodos de 2017 e 2018. Mostra como são mensurados os indicadores e que em 2018 As diretrizes que nortearão as ações serão divididas em vinte e três indicadores municipais e quatro estaduais. A acumulação é feita em periodicidade mensal, trimestral, semestral e anual. Dos primeiros três índices relacionados a óbitos, as metas foram atingidas. No quatro, das vacinas, será fechado ao final do ano. No cinco, de notificação compulsória, a meta foi atingida, com dois casos de febre amarela e cinco de chikungunya diagnosticados. A CM Cristiane relata que em 26.07.18 entra em vigor portaria que determina a notificação compulsória de todos os casos de câncer. Enfatiza o servidor que a meta do estado é proporcional a população e que o município foi mais rígido do que o estado, nos objetivos. No seis, casos de cura de hanseníase, meta atingida. No sete, casos de malária, não se aplica a Canoas. No oito, números de casos de sífilis congênita, mesmo que aumentando, ainda está dentro da meta atingida. O Sr. Eloir diz que a tendência mundial é de aumento dos casos, mas não teve tempo de verificar e analisar. Se compromete a buscar mais insumos. Nove, número de casos de AIDS em menores de cinco anos, zero casos apresentados. Dez, análise em amostras de água, meta atingida. O CM Eduardo questiona acerca da "água preta" denunciada e o servidor declara que a meta refere-se a captação de água. O Sr. João Torelly diz que disseram ser por causa das algas. O Sr. Eloir fala que a SMS irá investigar. No indicador onze, a razão de exames citopatológicos em mulheres de 25-64 anos e população alvo, não foi atingida a meta, mas a oferta é suficiente. Planos privados interferem no resultado. Doze, indicador de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos, declara que não há falta de oferta de exames, mas que o mesmo refere a toda à população, inclusive com convênios e particulares, que ficam fora da base, baixando os resultados. A CM Cristiane pergunta se não caiu a Portaria que delimitava esta idade, alterando o parâmetro para a partir de quarenta anos. O Sr. Eloir fala que o CMS ficou de se manifestar e que uma faixa mais ampla, auxiliaria a secretaria. A CM Cristiane fala que desde 2016, a mulher tem o direito de pedir uma mamografia de rastreamento. Quando o médico pede, ele tem que justificar. A CM Margarete pergunta o porquê de não atingirmos a meta com os mutirões? Reclama que pessoas foram as consultas e até agora não foram chamadas, isto que foram em fevereiro. Diz que os procedimentos foram infrutíferos. O Sr. Eloir ficou de verificar. A CM Cristiane fala que cento e oitenta dias, é inviável e pergunta se estes exames entraram nos resultados e o servidor responde que só entram nos indicadores, o que foi realizado. O Presidente acerca do mencionado pelo enfermeiro Eloir, monta um grupo de conselheiras para elaborar manifestação, que deve passar pelo Conselho. A comissão ficou formada pelas CMs Cristiane, Margarete e Luciane. Indicador treze a proporção de parto normal no SUS e na saúde complementar manteve o padrão, mas o resultado foi influenciado pelas cesáreas na rede complementar. A CM Mário reclama que gestantes não estão conseguindo marcar consultas pré-natal. O CM Marcos solicitou ao Diretor Cleber o número de partos anuais, exames e consultas pré-natal. O conselheiro Mário revela ser a denúncia referente a UBS Cerne. O Diretor Cleber diz que o problema são as duas ecografias e o enfermeiro Eloir acha que é outra questão. Indicador catorze, houve aumento no índice de gravidez de meninas de 10 a 19 anos, mas ainda dentro da meta. Indicador quinze, A taxa de mortalidade infantil teve acréscimo, não atingindo a meta pretendida, ficando anteriormente em 9,9, acima dos 9,8 preconizados, Hoje está em 12,31. O Sr. Eloir fala que estar menor de 10,00 é muito difícil. Dezesesseis, número de óbitos maternos, meta atingida. Dezesete a dezenove, cobertura das equipes de ESF e de saúde bucal, foi reduzida a meta, atingindo assim. No dezoito, acompanhamento do Bolsa Família, não atingida por baixa procura. O CM Eduardo pergunta por que houve redução na Meta de cobertura de ESF e o servidor revela que a redução de 86 para 66, é devido a programação do governo e que o objetivo é ir aumentando até o final do mandato. Indicador 20, no mínimo seis ações de vigilância sanitária, atingida. Vinte e um, Matriciamento nos CAPS, atingida. Vinte e dois, atingir 80% de imóveis visitados pelo controle da Dengue. Discorda, o serviço por não considerar a fórmula de cálculo adequada, devido a disparidade de cada região do país, inviabilizando a aplicação e avaliação dos resultados. Discute-se a permanência do cálculo e por fim, cita um indicador, também novo, que é a inclusão da informação de ocupação nas notificações de agravo, possibilitando melhor análise dos dados. Vinte e três, preenchimento de ocupação nas notificações de agravos do trabalho, atingido. Nos indicadores estaduais, começa pelo da tuberculose, atingida. Meta dois, análise em poços artesianos, em 2017 não era aplicada para Canoas, em 2018 foi atingida. Meta três, óbitos investigados no trabalho, dois, atingida. E a meta quatro, notificação de



agravos relacionados ao trabalho não foi atingida, mas espera-se atingir no final do exercício. Ao finalizar a apresentação dos indicadores, descreve o histórico desde 1999 e da possibilidade de inclusão de novos índices e reinclusão dos indicadores excluídos, por parte da SMS. Finaliza-se a apresentação do enfermeiro Eloir e o Presidente devido ao avançado da hora, repassa, imediatamente a palavra ao Sr. Cleber Brito, Diretor da SMS, que faz a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente, referente à parte municipal, como livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração financeira, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária, importando no montante de R\$ 69.662.249,02 (39,72%). Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica, atenção básica, de média e alta complexidade e vigilância em saúde no valor de R\$ 45.800.159,33 (26,11%). De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade, programa federal de estruturação das UBS em equipamentos e Vigilância em saúde, orçando em R\$ 59.926.372,38(34,17 %). O total de recursos foi de 175.388.780,73 (100,00%). Em um comparativo com o mesmo período do ano de 2017, em índices de participação de 41,55 % a mais de recursos municipais e redução de (2,69%) em estaduais, e aumento de 4,07 % de saldos federais. O aumento de R\$ 21.524.743,86, significando um incremento de 13,99% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, Saudex, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU (Rio Grande Emergência e Clínica serrano), vigilância Ostensiva, CIEE, energia elétrica, aluguéis, ACADEF, Pró-renal, Multiágil, telecomunicações, FMS, Serviços de Terceiros PJ, obrigações tributárias e contributivas e despesas de capital, totalizou assim as despesas em R\$ 162.182.797,41. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 41,97% na participação municipal e aumento de 12,60% nas despesas com recursos estaduais e redução de (2,81) % nas federais. Ao analisar percebemos que houve um aumento nas despesas no valor de R\$ 24.296.192,66, comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual crescente de 17,62. Em relação ao orçamento atualizado de 2018 de R\$ 527.622.487,26 e entre os valores pagos e a pagar, com somatório de R\$ 149.496.985,63, formam um comprometimento proporcional de 28,33% dos recursos do erário público. O percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde foi de 15,80% do orçado. O CM Eduardo questiona acerca da situação da empresa Multiágil, tendo em vista, o inadimplemento de suas obrigações. O Diretor Cleber informa que o contrato foi rescindido e que estarão trabalhando com equipe reduzida, da secretaria, para atender a demanda. O CM Eduardo tem dúvidas das consequências, tendo em vista que o Secretário Adjunto Marcos teria dito que o contrato estava no meio e o diretor responde que estava no meio da prorrogação de três meses, autorizada pela PGM, para fins de organização e não ficar sem o serviço. O Secretário Marcos diz que a situação será minimizada pelo início do acolhimento em mais seis unidades. Enfatizando que nas que já tem o acolhimento, as agendas ficam 80% disponíveis para a UBS. O CM Eduardo pergunta quais são as novas e o Sr. Marcos fica de lhe enviar posteriormente. Termina a apresentação e o presidente coloca o parecer das Comissões em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos. O CM Eduardo pergunta ao presidente, se caso os conselheiros tenham alguma dúvida, se podem encaminhar ao CMS a questão, para ser encaminhado ao enfermeiro Eloir e o Presidente diz que o Sr. Eloir se coloca a disposição e solicita que as mesmas sejam encaminhadas ao secretário, que providenciará o encaminhamento e respostas as perguntas. O Presidente encerra a reunião às 21:08 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

